



## Ciclo #GestaoTerritorioFlorestal

### Webinar 2: “Ordenamento do Território”

# CONCLUSÕES

20 de junho de 2023

*A APDSI realizou o segundo webinar integrado no Ciclo “Gestão do Território Florestal: Desafios e Soluções de Base Tecnológica” agora sobre o “Ordenamento do Território”.*

*O evento contou com as participações do **Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Carlos Miguel, Nuno Sequeira**, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, **Ana Seixas**, Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Território, **Arlindo Santos**, Adjunto para o Conhecimento e Inovação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, e de **Rui Sabino**, Presidente do Conselho Diretivo da ESRI Portugal.*

*A moderação e coordenação esteve a cargo de **Rui Pedro Julião**, Coordenador do Grupo de Missão “Território Inteligente” da APDSI.*

---

A organização e utilização dada ao território nacional ganham particular mediatização à chegada de cada verão (época lamentavelmente popular pelos incêndios que anualmente assolam Portugal). Este problema ganha ainda mais importância quando enquadrado com as não menos mediáticas alterações climáticas a que assistimos diariamente.

Fazendo jus ao lema da APDSI, também neste contexto é fundamental integrar as instituições, as empresas e a sociedade civil - todos os atores com potencial envolvimento na gestão dos recursos florestais.

Ordenamento do território e ambiente são também **áreas que podem beneficiar de tecnologias facilitadoras da evolução nestes domínios**, nomeadamente através do acompanhamento dos sistemas de informação geográfica e as *smart cities* nas suas dimensões social, tecnológica, geográfica e económica.

**A moderação e coordenação da sessão esteve a cargo de Rui Pedro Julião, Coordenador do Grupo de Missão “Território Inteligente” da APDSI.** O professor e geógrafo considera que todo o território tem de ser inteligente e não apenas as cidades ou o espaço urbano. A inteligência pode ser colocada ao dispor dos espaços rurais, nomeadamente na prevenção dos fogos nos territórios predominantemente florestais, graças a uma política de ordenamento. O abandono das zonas do interior do país e dos territórios com mais vegetação, constituem uma preocupação que é “muito relevante” para o Governo, tal como ficou demonstrado nas apresentações dos oradores.

**O Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Carlos Miguel,** tem a seu cargo quatro sistemas de informação muito relevantes. São eles: o Sistema Nacional de Informação Geográfica, o Sistema Nacional de Informação Territorial, o Sistema Nacional de Informação Cadastral e o Sistema de Monitorização do Solo que apresenta informações sobre ocupação dos solos em tempo real.

Quanto ao novo regime de cadastro aguarda-se a promulgação pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Os Municípios só começaram a ter alguma competência em termos de gestão florestal desde 2019 / 2020, ou seja, nas questões de arborização e reabilitação. Estas são “competências muito residuais”, destaca o Secretário de Estado, mas “são um princípio” para se atingir como **finalidade mais autonomia para que nos seus instrumentos de planeamento territorial passem a ter competência ao nível do PDM** e a poder interferir nas áreas florestais e regulamentar a sua respetiva utilização - definir perímetros urbanos, para se onde se podem expandir e definir regras para a sua floresta.

“Há uma disfuncionalidade enorme que tem de ser corrigida. As Câmaras Municipais têm de ter um poder mais equilibrado. Há que promover a descentralização para que as autarquias possam ter um maior papel nos seus espaços territoriais e maior competência. Temos de caminhar para um maior equilíbrio de funcionalidades”, considera Carlos Miguel. Na verdade, os Municípios têm a responsabilidade apenas da limpeza da floresta. A Administração Central licencia a floresta, mas cabe ao poder local a sua higienização.

**Ana Seixas, Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Território, também se preocupa com o ordenamento do território rural que corresponde a cerca de 95% do território nacional, contrariando a ideia de que a maioria dos problemas ocorre nas grandes cidades.**

Há território onde 60% é floresta e não há população. A única forma de conseguir trabalhar esses territórios é que tenham segurança e se tornem atrativos. São territórios que, no total, totalizam 3,3 milhões de hectares de floresta, ou seja, 36% do nosso território e com populações mais vulneráveis. Para cuidar destes espaços a DGT está a trabalhar no Programa de Transformação da Paisagem que assenta em quatro medidas programáticas: programas de reordenamento e gestão da paisagem, áreas integradas da gestão da paisagem, programa integrado de apoio às aldeias localizadas em territórios de floresta e o programa emparcelar para ordenar.

Estas medidas trabalham nos territórios com cerca de 40 mil hectares cada um e, tendo em conta a sua especificidade, pretende-se que **umentem a resiliência aos incêndios rurais, valorizem os recursos que ali estão, incluindo a água e o solo, e aumente a**

**economia daqueles territórios.** Este programa incide num milhão dos 3,3 milhões hectares.

Noutra escala, as áreas integradas de gestão da paisagem - um trabalho com os autarcas para concretizar no terreno - espera-se que estejam implantadas nos próximos três anos “intervindo e melhorando o que se transforma”. Para além deste desafio de transformação da paisagem, a DGT também vai concretizar um processo de monitorização onde tem de ser possível ver o que é feito - o Sistema de Monitorização do Solo - por satélite e com recurso à inteligência artificial (ver quando aconteceu a limpeza e como aconteceu).

**No final, é preciso mostrar o resultado desta transformação digital e remunerar quem cuida dos seus territórios, considera Ana Seixas.**

**Nuno Sequeira, do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, pretende procurar na Estratégia Nacional das Florestas e na Gestão integrada dos Fogos Rurais e também no Plano de Transformação da Paisagem, estrangulamentos que “são muito relevantes”. São eles a componente ambiental, económica e social.**

Quando se fala em territórios rurais, estamos a falar de mais de 90% do nosso território e aí ninguém pensa que possa vir a nascer um arranha-céus. Utilização agrícola, florestal ou pastoril é o seu destino quase certo. O que se pretende é que estes territórios entreguem valor aos seus proprietários para neles fazerem uma gestão ativa.

Uma das ameaças ao mundo rural que levou a esta transformação a que estamos a assistir, a norte do Tejo e nas serras algarvias, foi a ameaça real dos incêndios que ainda está muito presente. **O esforço de combate a incêndios nestas áreas é maior, daí que o ordenamento do território esteja fortemente ligado a esta questão.**

Em Portugal, apenas 3% da propriedade pertence diretamente ao Estado. Esta questão é um fator de base que obriga a uma atuação dos organismos públicos e a uma mudança no direito da propriedade privada. **O mundo rural tem de se tornar num exemplo internacional, como acontece com a nossa área urbana.**

A Política, Planeamento e Ordenamento Florestal passam por quatro planos de ordenamento de base: a Lei de Base da Política Florestal, a Estratégia Nacional para as Florestas, o Programa Regional de Ordenamento Florestal (de âmbito setorial), e o Plano de Gestão Florestal (obrigatório em espaços acima dos 20 hectares). Todos eles servem para garantir que “não podemos retirar mais da natureza do que o ecossistema nos fornece”.

Para o país conseguir ter uma gestão agrícola e florestal ativa não pode ser o erário público a suportar toda a gestão ativa; tem de ser o território a gerar o seu próprio valor.

Ao nível do ordenamento florestal o que se pretende alcançar para o país é uma compartimentação da paisagem e dos usos do solo, nomeadamente através de uma faixa de redução de combustíveis arborizada, uma faixa de interrupção de combate (agrícola) e uma interface da zona edificada e da floresta com silvo pastorícia.

**Arlindo Santos, Adjunto para o Conhecimento e Inovação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, afirma que o Sistema Integrado de Fogos Rurais nasceu após os grandes incêndios de 2017.** A meteorologia tem vindo a demonstrar **sinais de agravamento** (quer na intensidade, quer no intervalo de tempo em que os fenómenos extremos acontecem) que, aliados ao abandono de muito território, fruto de atitudes e comportamentos desajustados dos proprietários e da população em geral, implica um novo modelo de governança de risco e da gestão operacional de risco. Todo este quadro levou a que a Comissão Técnica Independente propusesse mudanças em diversas dimensões para dar resposta à gestão do território, à qualificação, à gestão de risco operacional, à prevenção de longo prazo e à comunicação com cidadãos.

Para dar essa resposta e diminuir o risco torna-se necessária uma visão mais integrada a que **o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais pretende dar resposta assente em três pontos-chave:** a estratégia 20 / 30 que identifica o contexto, estabelecer a visão de futuro e o modelo que designa as orientações estratégicas. A cadeia de processos de sistema integrado de fogos rurais suporta toda a intervenção das entidades responsáveis (que acompanha toda a cadeia) e o Programa de Ação que

detalha os projetos a concretizar faseadamente e sem ruturas, conduz à respetiva calendarização e orçamento.

**As orientações estratégicas não diferem muito das já referidas por outras entidades: valorizar e cuidar dos espaços rurais, modificar comportamentos (investindo na prevenção e mobilizando os proprietários para reduzir as probabilidades de ocorrerem incêndios rurais) e gerir o risco de forma eficiente.**

Os Sistemas de Informação e Comunicação de fogos rurais está a ser implementado neste momento, e integra duas plataformas: monitorização e acompanhamento de todos os projetos do Plano Nacional de Ação e a Plataforma de Interoperabilidade que deverá estar pronta no final de julho. A Plataforma de Interoperabilidade deve incluir todos os sistemas de informação que contêm dados relevantes para o SGFIR - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais - com vista à recolha, centralização e disponibilização das matérias que lhe dizem respeito. Deste modo, **a informação flui dentro do sistema e pode ser integrada nas múltiplas plataformas. Esta informação é auditável, ou seja, é possível saber quem acedeu à informação e em que momento.** Esta ferramenta também pode vir a ser relevante para as diferentes comissões regionais, sub-regionais e até municipais que aí podem consultar toda a informação que o sistema disponibiliza. O portal **Portugal Chama** vai agregar todos estes dados (até mesmo informação técnica) e partilhá-los com o público.

**Rui Sabino, Presidente do Conselho Diretivo da ESRI Portugal, trouxe a visão das tecnologias.** A ESRI existe há 35 anos e colabora bastante com várias entidades públicas, que não são vistas como entidades isoladas, mas como um ecossistema que está interligado e é analisado como uma comunidade. Todas elas utilizam as ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica "para garantir uma melhor eficiência das suas operações".

As empresas partilham e envolvem a informação dessa "comunidade" com os seus respetivos sistemas de informação. A democratização dos Sistemas de Informação Geográfica inclui componentes georreferenciadas dentro dos próprios processos regulatórios. **Toda a informação incorpora automaticamente os dados geográficos**

**inseridos pelos requerentes nos serviços geográficos do instituto.** A decisão, agora mais facilitada, tem em conta todos os processos e decisões entre proprietários, empresas e o ICNF-Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

**Todos os trabalhos de prevenção na floresta estão incluídos no Geoforest em complemento com as ferramentas nacionais.** Tecnicamente as ferramentas “falam” entre si para comunicar os incêndios e toda a informação daí resultante de forma digital.

A Abastena é outra solução digital certificada que passou a integrar a gestão documental poupando papel e reduzindo trabalho de gabinete. Os técnicos de angariação podem, assim, dedicar-se mais ao trabalho com proprietários, contribuindo para o aumento da área florestal certificada em Portugal.

**Outro exemplo de avanço na comunicação por parte do ICNF é o seu próprio repositório de informação geográfica que permite a várias entidades, através de dados abertos, construir e consumir informação através desta plataforma minimizando os pedidos de informação que surgiam por outras vias,** dando uma nova capacidade à comunidade florestal de incorporar nas suas soluções. ICNF é hoje um ponto fulcral de informação sobre esses sistemas. As ferramentas tecnológicas servem para fazer a partilha de mapas e esses dados são vistos e analisados. “Entendemos que a tecnologia está disponível; o que é necessário é dar o passo para tirar partido desse conjunto de soluções, fazendo a partilha através de aplicações e mapas de informação que existem nas várias organizações e há também quem pegue nessa informação e faça uma análise dos dados. O passo seguinte é pegar nessa tecnologia e fazer dela um vetor de aceleração destes passos”, antecipa Rui Sabino.

Só com a imagem já é possível fazer planeamento, mas também uma análise em tempo real e avaliações futuras. Podem perceber-se os pontos quentes durante o dia e a noite, compreender o que aconteceu no território através da imagem, e assim permitir que as entidades sejam mais eficientes neste projeto.

**Tecnicamente é possível ser-se mais eficiente. Ainda se consegue fazer uma avaliação do potencial solar para a instalação de equipamentos fotovoltaicos e a manutenção do parque arbóreo. A visualização em 3D é a interação do futuro. O**

ArcGIS já permite criar um gémeo digital foto-realístico e com a clara identificação dos objetos que estão no terreno para melhor apoiar decisões futuras.

E a IA? "Pode ser vista como uma oportunidade porque há tanta tecnologia disponível que pode atuar como um acelerador de processos tecnológicos" que podem dar um novo impulso a um conjunto de análises e decisões "mais assertivas e mais concretas".

## PERGUNTAS E RESPOSTAS

- **É importante ter modelos que ajudem a responder numa lógica pró-ativa. Vai mesmo acontecer uma transferência de competências para as CCDR - Comissões de Desenvolvimento Regional e que irá necessitar de uma articulação?**

**Carlos Miguel** diz que, nesse cenário, as CCDR vão utilizar as plataformas, não será um problema técnico. Novas dinâmicas, chefias e tutelas é que vão implicar uma aprendizagem de todos. É preciso evitar "afundá-las" e perceber como se articulam as intervenções no terreno com as pessoas.

**Ana Seixas** também defende que tem de se experimentar a mudança. "Na DGT há o hábito de trabalhar com as CCDR, por isso, as tecnologias vão ajudar a desempenhar essa articulação", nota.

**Nuno Sequeira** também é da opinião que "não vai ser um problema para o cidadão comum. Nada ficará comprometido".

Este ciclo da APDSI vai encerrar com outra sessão a decorrer em data a anunciar focada na valorização do território.



---

## **SOBRE A APDSI**

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança e Privacidade, a Ética no Digital, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, as Tecnologias de Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação, as Competências digitais e o Ambiente e Energia.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

**ASSOCIE-SE**

URL | [www.apdsi.pt](http://www.apdsi.pt)

email | [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)

# APDSI

ASSOCIAÇÃO  
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública  
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A  
1600-803 Lisboa – Portugal  
URL: [www.apdsi.pt](http://www.apdsi.pt)

Tel.: (+351) 217 510 762  
Fax: (+351) 217 570 516  
E-mail: [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)

## Patrocinadores Globais da APDSI

### Platina



### Ouro

